 Pré-sal Petróleo	EDITAL DE PREGÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE.PPSA.108/2018 Anexo III – Modelo de Instrumento Contratual	Pág. 37 de 58
---	--	----------------------

ANEXO III – Modelo de Instrumento Contratual

CONTRATO Nº CT-PPSA-0XX/2018

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERVICE DESK PARA A EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GAS NATURAL S.A. – PRÉ- SAL PETRÓLEO S.A. – PPSA E

Pelo presente Instrumento de Contrato, a **EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GAS NATURAL S.A. – PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. – PPSA**, empresa pública vinculada ao Ministério de Minas e Energia, criada através do Decreto nº 8.063, de 01/08/2013, autorizado pela Lei nº 12.304, de 02/08/2010, e submetida ao regime próprio das Sociedades Anônimas, com sede em Brasília/DF, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 18.738.727/0001-36 e Escritório Central na Avenida Rio Branco, nº 1 – 4º andar – Centro, CEP: 20.090-003, Rio de Janeiro - RJ, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 18.738.727/0002-17, doravante denominada **PPSA**, representada pelos signatários ao final identificados e, de outro lado com sede na CEP, inscrita no CNPJ sob o nº, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seus representantes legais ao final firmados, celebram o presente Contrato de acordo com o Edital de Pregão Eletrônico nº **PE.PPSA.108/2018**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO


1.1. O presente Contrato tem por objeto a prestação dos serviços de Service Desk, com vistas a possibilitar a adequada segurança, continuidade dos serviços e funcionamento dos ativos computacionais do escritório central da Pré-Sal Petróleo, localizado na cidade do Rio de Janeiro – RJ, nas condições e especificações indicadas no Termo de Referência, Anexo I do Edital do Pregão nº **PE.PPSA.108/2018**, e na Proposta da **CONTRATADA**, parte integrante deste Instrumento Contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA – VINCULAÇÃO DO CONTRATO

2.1. Este Contrato se vincula em todos os seus termos e condições ao processo de licitação do qual é originado.

2.2. Havendo discrepância entre as disposições do Edital e as deste Contrato, prevalecerão as do Contrato.


6211

 Pré-sal Petróleo	EDITAL DE PREGÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE.PPSA.108/2018 Anexo III – Modelo de Instrumento Contratual	Pág. 38 de 58
---	--	---------------

CLÁUSULA TERCEIRA – CONDIÇÕES PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 Especificação dos serviços de Service Desk :

- Suporte presencial e/ou por telefone aos usuários da Pré-Sal Petróleo;
- Suporte a microcomputadores e notebooks;
- Controle de empréstimos de equipamentos;
- Controle do inventário dos equipamentos;
- Administração de Servidores Windows e Linux;
- Administração das máquinas virtuais com o VMware vSphere;
- Servidor de Gerenciamento de Licenças usando o LMTTools;
- Administração de serviços de rede: Active Directory, DNS, WSUS, DHCP, FTP, IIS, Group Policy Management, Event Viewer;
- Gerenciamento do Storage Dell VNX;
- Gerenciamento de servidor de antivírus Kaspersky Security Center 10;
- Manutenção preventiva e corretiva nos computadores e equipamentos;
- Verificação, instalação e configuração de softwares que estejam de acordo com a política interna de segurança da informação (PSI);
- Orientação dos usuários com relação as políticas de segurança do T.I. da Pré-Sal Petróleo;
- Suporte, configuração de softwares de geologia, reservatórios, engenharia como Petrel, Geolog, Paleoscam, arcGIS e OPM Flow;
- Suporte e configuração de softwares de uso do governo bem como publicações no diário oficial, SIOP, SIESP, Compras Net e Painel de Preços;
- Suporte, atualizações de softwares para o setor jurídico, Adobe Professional, OCR - Fine Reader ABBYY e WorkShare;
- Efetuar eventualmente crimpagem de cabos de rede;
- Preparação de salas para treinamento envolvendo computadores, projetores, sistema de som;
- Gerenciamento e planejamento de Back-up dos servidores;
- Acompanhamento de prestadores de serviço que venham realizar serviços de manutenção ou instalação nas dependências da Pré-Sal Petróleo;
- Configuração, suporte e manutenção do Firewall Palo Alto;
- Monitoramento do uso da rede bem como seu consumo, caminho dos dados, identificação de possíveis gaps, sugestões de melhorias;
- Monitoramento da infraestrutura com a ferramenta de monitoração Zabbix;
- Monitoramento do Link dedicado para a Geologia;
- Desenhar, acompanhamento e implementar projetos de infraestrutura relacionados a topologia, novos pontos, instalação e configuração de equipamentos;
- Garantia de que os equipamentos da rede (Switches e Access Point) estão em suas últimas versões de firmware;
- Gerenciamento dos no-breaks;
- Gerenciamento e monitoramento do ar condicionado do Data Center;
- Gerenciamento de equipamentos de infraestrutura Cisco Layer 2 e 3, Switches, roteadores, access point;
- Gerenciamento de equipamentos de segurança CFTV e controle de acesso;
- Identificar possíveis problemas de segurança na rede e efetuar sua correção;
- Suporte da telefonia fixa VoIP da empresa no que se diz respeito a telefones de mesa, configuração, instalação, manutenção e orientação de uso aos funcionários;

 Pré-sal Petróleo	EDITAL DE PREGÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE.PPSA.108/2018 Anexo III – Modelo de Instrumento Contratual	Pág. 39 de 58
---	--	---------------

- Configuração, manutenção, ampliação (caso necessário) e suporte da infraestrutura da telefonia fixa: Call Manager e Voice Mail Cisco;
- Gerenciamento do servidor de impressão;
- Apoio às atividades da Pré-Sal Petróleo em serviços de FTP externo para o Site da empresa;
- Auxílio no desenvolvimento de documentação técnica e de melhores práticas de TI para a Pré-Sal Petróleo;
- Criação de manuais de uso, planejamento e treinamento de novas ferramentas para os funcionários da Pré-Sal Petróleo;
- Avaliação técnica dos softwares que venham a ser testados ou para serem implementados em desktops ou servidores da Pré-sal Petróleo;
- Gerenciamento, de back-up de máquinas virtuais na solução VMware através da ferramenta Avamar;
- Gerenciamento da ferramenta de disaster recovery Recovery Point;
- Suporte, gerenciamento, configuração e implantação da nuvem Google (GSuite Business) e suas ferramentas;
- Gerenciamento de nuvem híbrida (Vmware e Google).
- Criação, configuração e manutenção de back-up das contas de serviços da nuvem da Pré-Sal Petróleo, bem como dados e arquivos relacionados a estas contas e softwares que apoiem o seu funcionamento.
- Gestão das requisições, incidentes e chamados dos usuários com geração de relatório mensal e análise de resultados;
- Abertura de chamados, acompanhamento de resolução de problemas junto aos fornecedores da área de TI como: Telefonia fixa e móvel, Link de internet, Site Pré-Sal Petróleo e FTP;
- Gerenciamento e garantia de que todos os sistemas operacionais da Pré-sal Petróleo estejam com a suas últimas atualizações;
- Levantamento de novos serviços, softwares ou equipamentos relacionados ao setor de TI que possam ser implementados na Pré-Sal Petróleo, no que se diz respeito a especificações técnicas e preços praticados de mercado.

3.2 LOCAIS E HORÁRIOS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS


Os serviços deverão ser executados nas instalações da Pré-Sal Petróleo (escritório central), localizado na Av. Rio Branco, nº. 01, 4º andar, Centro, na cidade do Rio de Janeiro, RJ, nos dias úteis do calendário da Pré-Sal Petróleo, de maneira regular, das 08:00h às 19:00h.

Excepcionalmente, poderão ser realizados serviços fora do horário regular e fora das instalações da Pré-Sal Petróleo, de acordo com as necessidades, que pode incluir os dias não úteis do calendário da Pré-Sal Petróleo.

3.3 CRONOGRAMA

O prazo de mobilização até a disponibilização plena dos serviços é de 20 (vinte) dias corridos contados a partir da assinatura do contrato. Neste período a Pré-Sal Petróleo fará uma avaliação dos serviços prestados.

63M

 Pré-sal Petróleo	EDITAL DE PREGÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE.PPSA.108/2018 Anexo III – Modelo de Instrumento Contratual	Pág. 40 de 58
---	--	---------------

3.4 CONDIÇÕES DE ACEITE

A Contratada deverá apresentar à fiscalização e Gerência de TI da Pré-sal Petróleo a seguinte documentação, junto com o contrato assinado:

- Relação nominal dos empregados que prestarão os serviços, mencionando os respectivos endereços residenciais e telefones de contato, comunicando de imediato qualquer alteração. Apresentar também cópia da carteira de identidade, CPF e comprovante de residência. Idêntica providência deverá ser adotada com relação aos profissionais que venham a ser substituídos no decorrer da execução dos serviços.
- Comprovação de experiência e vínculo empregatícios dos integrantes da equipe técnica, conforme estabelecido no item 3.5.

O prazo para apresentação desta documentação é de 10 (dez) dias corridos após o início do contrato

3.4 EQUIPE TÉCNICA

A equipe da CONTRATADA que prestará serviços nas instalações da Pré-Sal Petróleo deve ser dimensionada para poder realizar, no mínimo, dois atendimentos presenciais simultâneos no horário (09:00 às 18:00) da PPSA.

No horário complementar (08:00 às 09:00 e das 18:00 às 19:00) a equipe da CONTRATADA deve ser dimensionada para poder realizar, no mínimo, um atendimento presencial por vez. Durante o atendimento presencial neste horário o atendimento telefônico poderá ficar indisponível.

Cabe à CONTRATADA estruturar a equipe prevendo pausas definidas na lei (refeições e intervalos).

Eventualmente serão necessárias manutenções em equipamentos fora do horário regular de expediente, para, por exemplo, aproveitar janelas de manutenção da rede ou não deixar indisponível a estação do usuário em horário regular de trabalho.

A execução de serviços fora do horário regular deverá ser previamente dimensionada pela CONTRATADA e aprovada pela Pré-Sal Petróleo.

A empresa CONTRATADA deverá fornecer à Pré-Sal Petróleo a relação dos técnicos que atuarão no cumprimento do objeto contratado, atualizando-a sempre que necessário sob prévia anuência da Pré-Sal Petróleo.

O ingresso de qualquer técnico nas instalações da Pré-Sal Petróleo, fora dos horários normais de expediente, deverá ser previamente comunicado por escrito à Gerência de TI da Pré-Sal Petróleo, que emitirá autorização de entrada.

 Pré-sal Petróleo	EDITAL DE PREGÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE.PPSA.108/2018 Anexo III – Modelo de Instrumento Contratual	Pág. 41 de 58
---	--	---------------

É requerido que a empresa comprove dispor de uma equipe mínima, composta por pelo menos um profissional especificado para cada tipo de perfil apresentado no item a seguir.

O dimensionamento da equipe técnica é de responsabilidade da CONTRATADA e deve ser composta pelo número de profissionais qualificados julgados necessários para a realização dos trabalhos objeto desta licitação, na qualificação exigida e de forma a atender os prazos exigidos e as condições do ANS.

Para o cálculo do dimensionamento deve ser considerado o horário de trabalho normal da PPSA, dias úteis de 08:00 h até às 19:00 h, além dos horários, feriados e dias compensados, conforme cronograma que será apresentado previamente pela PPSA.

Os membros indicados para compor a equipe técnica deverão pertencer ao quadro da Contratada na data da assinatura do contrato. Esta comprovação se dará através de cópia da carteira de trabalho do profissional, ou da ficha de registro de empregado, ou de contrato de prestação de serviço, ou do contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio ou associado.

A empresa deverá designar os membros da equipe técnica que desempenharão as funções diárias junto à PPSA, atendendo os seguintes requisitos

3.5 EXPERIÊNCIA DA EQUIPE

Conhecimento nos itens citados no item 3.1 – Especificações do Serviço de Service Desk.

A CONTRATADA deverá designar os membros da equipe técnica que desempenharão as funções diárias junto à Pré-Sal Petróleo, com apresentação dos respectivos diplomas, certificados, bem como currículos, constando dentre outras informações, nome, formação e nível acadêmico e atestados emitidos pelos contratantes de serviços realizados, relevantes ao escopo deste contrato :


- a) **ANALISTA DE INFRAESTRUTURA SÊNIOR** – Conforme Perfil 1 do Item VIII do Termo de Referência do Edital PE.PPSA.108/2018
- b) **ANALISTA DE SUPORTE SÊNIOR** - Conforme Perfil 2 do Item VIII do Termo de Referência do Edital PE.PPSA.108/2018.

3.6 MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução dos serviços deverá ser sempre precedida de emissão de Solicitação de Serviço, por parte do usuário solicitante, ou pelo Service Desk, em nome do usuário, quando a solicitação for feita por telefone ou verbalmente, utilizando software fornecido pela CONTRATADA.

Toda Solicitação de Serviço deverá ser avaliada e informado ao requerente o prazo estimado para atendimento, previsto no Acordo de Nível de Serviço – ANS, item 3.7.

64/11

 Pré-sal Petróleo	EDITAL DE PREGÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE.PPSA.108/2018 Anexo III – Modelo de Instrumento Contratual	Pág. 42 de 58
---	--	---------------

Os profissionais deverão registrar as ações praticadas, o resultado e avaliação final dos atendimentos, eventuais irregularidades surgidas ou a impossibilidade de concluí-los.

O atendimento que requerer providência por parte de terceiros terá a contagem do tempo de atendimento suspensa por todo o período em que ficar aguardando resposta dos mesmos. Entretanto, a contratada não ficará isenta da responsabilidade em relação ao atendimento durante este período, devendo atuar junto ao terceiro para priorizar o mesmo.

O fechamento da Solicitação de Serviço deverá sempre ter a concordância do usuário solicitante.

O fechamento de Solicitações de Serviço, sem a anuência dos usuários ou sem que os problemas tenham sido de fato resolvidos, acarreta na reabertura das mesmas, e os prazos serão contados a partir da abertura original da Solicitação de Serviço.

Verificar os dados constantes das Solicitações de Serviço e respectivos históricos, conforme o caso.

Acompanhar o andamento dos problemas que não foram solucionados, até a sua completa solução, informando ao usuário e outros interessados, quando solicitado.

Qualquer serviço realizado, mas não aceito ou não homologado deverá ser refeito, sem ônus para a Pré-Sal Petróleo.

O conjunto das Solicitações de Serviços e os Relatórios emitidos pelo software fornecido pela CONTRATADA serão os documentos hábeis para a avaliação, pelo representante da Pré-sal Petróleo, da qualidade dos serviços prestados.

3.7 ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO (ANS)

Neste item são estabelecidas regras, critérios e metas para a medição da qualidade dos serviços prestados - por meio da definição de prazos para a resolução de cada tipo de solicitação de serviço - bem como das penalidades no caso do não cumprimento daqueles.

DIFICULDADE – é a medida do esforço técnico necessário para a resolução da solicitação de serviço. Foram definidos 3 níveis de referência, sendo eles baixo, médio e alto. Os mesmos foram atribuídos de acordo com a complexidade e o tempo de resolução exigido por cada tipo de solicitação de serviço.

PERFIL DE USUÁRIO – os usuários de soluções de T.I. da Pré-sal Petróleo estão categorizados em 2 perfis:

Usuário Crítico – é aquele que necessita de atendimento diferenciado devido ao grande impacto no negócio gerado por eventual degradação ou interrupção de algum serviço de T.I. relacionado a estes.

Usuário Padrão – usuário de soluções de T.I. da Pré-sal Petróleo, incluindo terceiros e estagiários, que não se enquadra na classificação anterior.

PRAZO DE CONCLUSÃO – período de tempo considerado como factível e esperado para a resolução da solicitação de serviço.

As combinações de nível de dificuldade e perfil de usuário estabelecem prazos de conclusão para solicitações de serviço, conforme o quadro abaixo:


DIFICULDADE	PRAZO DE CONCLUSÃO	
	USUÁRIO CRÍTICO	USUÁRIO PADRÃO
BAIXA	0,5 hora	1 horas
MÉDIA	1 hora	2 horas
ALTA	2 horas	4 horas

A lista de usuários críticos será definida pela Pré-Sal Petróleo, a qual informará a CONTRATADA sobre qualquer alteração em seus membros. A dificuldade será definida pela Pré-Sal Petróleo em conjunto com o profissional responsável pelo atendimento.

O quantitativo de usuários críticos não excederá a 20% (vinte por cento) de todos os usuários de TI da Pré-Sal Petróleo.

Para contagem dos prazos de atendimento às Solicitações de Serviço, será considerado apenas o horário de disponibilidade dos serviços do Service Desk.

As apurações dos tempos para solução das Solicitações de Serviço serão feitas a partir de relatórios baseados em informações da ferramenta de suporte ao Service Desk fornecido pela CONTRATADA.

 Pré-sal Petróleo	EDITAL DE PREGÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE.PPSA.108/2018 Anexo III – Modelo de Instrumento Contratual	Pág. 44 de 58
---	--	---------------

As apurações supracitadas serão realizadas ao final de cada mês, compreendendo o período entre o primeiro e o último dia, exceto no mês de assinatura do contrato, no qual a medição compreenderá os serviços realizados entre a data de assinatura do instrumento contratual e o último dia do mês, bem como no último mês de vigência do contrato, em que se medirá o serviço prestado entre o primeiro dia deste mês e a data de encerramento do contrato.

Quaisquer medições ou tempos de conclusão influenciados negativamente por problemas ou por outros motivos comprovadamente causados pela Pré-Sal Petróleo, não serão motivos de ajustes no pagamento ou de aplicação de penalidades à CONTRATADA.

A apuração dos períodos de tempo para solução das Solicitações de Serviço será efetuada com base na data e hora de registro inicial da demanda e no horário de funcionamento de cada serviço. Para fins de apuração serão desconsiderados os períodos em que as Solicitações de Serviço estiverem suspensas ou não estiveram sob a responsabilidade da CONTRATADA. Para tanto, a suspensão e o repasse de Solicitações de Serviço deverão observar estritamente as condições e os procedimentos estabelecidos pela Pré-Sal Petróleo.

A Pré-Sal Petróleo poderá, a seu exclusivo critério, definir tipos de requisições a serem desconsideradas nos cálculos dos compromissos de qualidade em função da maior complexidade de demandas específicas.

Adicionalmente, a CONTRATADA será avaliada por meio de Pesquisa de Satisfação do Usuário, a qual poderá ser integrada à ferramenta de suporte ao Service Desk fornecido pela CONTRATADA e apresentada ao usuário no ato do encerramento de cada Solicitação de serviço, sendo de preenchimento opcional e/ou poderá ser executada de forma sazonal, de forma a avaliar a qualidade da prestação de serviço como um todo.

A Pesquisa de Satisfação do Usuário será utilizada pela Pré-Sal Petróleo para auxiliar na gestão do Contrato e na melhor compreensão da percepção do usuário do serviço, podendo ensejar exigências de melhorias em processos e procedimentos adotados pela CONTRATADA em função de resultados abaixo das expectativas.

As solicitações de serviço deverão ser atendidas e concluídas nos prazos estabelecidos, entretanto, prevendo situações de sobrecarga da equipe, serão tolerados tempos superiores, de acordo com a tabela a seguir:

PERCENTUAL DE SOLICITAÇÕES	Tempo de Conclusão Tolerado
80%	Até o Prazo
95%	Até 2 x Prazo
100%	Até 4 x Prazo

Eventuais atrasos acima desta tolerância resultarão na aplicação de penalidades.

Serão aplicadas penalidades quando houver chamados com tempo de conclusão superior ao tolerado.

Devido à existência de diversos prazos de conclusão, o tempo de conclusão das solicitações de serviços será relativo, dividindo-se o mesmo pelo Prazo esperado:

$$TR = \frac{T}{PE}$$

Onde:

TR - TEMPO DE CONCLUSÃO RELATIVO

T - TEMPO DE CONCLUSÃO – tempo efetivamente utilizado para a conclusão da solicitação de serviço.

PE – PRAZO DE CONCLUSÃO ESPERADO – período de tempo considerado como factível e esperado para a resolução da solicitação de serviço para a classe de usuário solicitante

Para possibilitar a aplicação da tolerância, os atendimentos deverão ser listados em ordem crescente do tempo de atendimento relativo (TR).

A lista de atendimentos será decomposta em três grupos, o primeiro com os primeiros itens e em quantidade igual a 80% da quantidade total de atendimentos. O segundo grupo conterá os atendimentos seguintes, com quantidade igual a 15% da quantidade total de atendimentos. O terceiro grupo conterá os atendimentos restantes.

Para cada atendimento, será calculado o atraso relativo, que é a diferença entre o tempo relativo e a TOLERÂNCIA PADRÃO do respectivo grupo, de acordo com a seguinte tabela e fórmula:

66 M



GRUPO	PERCENTUAL DE SOLICITAÇÕES	TOLERÂNCIA RELATIVA (TOLR)
1	80%	1
2	15%	2
3	5%	4

$$AR = TR - TOLR$$

AR – Atraso relativo do atendimento;

TOLR – Tolerância relativa do grupo em que o atendimento foi classificado.

Caso o atraso relativo seja negativo, será considerado o valor 0.

O percentual total de atraso será calculado pela divisão entre a soma de todos os atrasos relativos apurados e a soma das tolerâncias relativas de todos os atendimentos:

$$IA = \frac{\sum AR}{\sum TOLR}$$

IA – ÍNDICE DE ATRASO.


$\sum AR$ – TOTAL DE ATRASOS RELATIVOS – somatório dos atrasos relativos ocorridos no período da apuração.

$\sum TOLR$ – TOTAL DE TOLERÂNCIAS RELATIVAS – somatório das tolerâncias relativas.

Caso o valor de IA seja maior que 0 (zero), será aplicada multa sobre o valor da fatura do período em questão.

A multa será igual ao percentual de atraso definido multiplicado por três e aplicado ao valor mensal da prestação do serviço. A multa será cobrada como desconto na fatura do mês.

A multa estará limitada a um valor máximo de 20% do valor mensal da fatura.


 Pré-sal Petróleo	EDITAL DE PREGÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE.PPSA.108/2018 Anexo III – Modelo de Instrumento Contratual	Pág. 47 de 58
---	--	----------------------

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Para garantir o fiel cumprimento do contrato, a Contratada comprometer-se-á a cumprir rigorosamente todas as obrigações assumidas em sua proposta, no contrato, na legislação trabalhista e previdenciária e ainda:

1.1 Quanto aos serviços:

- a) Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência.
- b) Antes de iniciar a prestação dos serviços a empresa CONTRATADA deverá apresentar um conjunto de procedimentos contendo as atividades que utilizará na manutenção dos equipamentos e serviços.
- c) Deverá ser apresentado um procedimento para cada equipamento ou serviço.
- d) Os procedimentos deverão ser aprovados pela Pré-Sal Petróleo na fase inicial e a cada alteração proposta pela CONTRATADA.
- e) Manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas e necessárias para que todos os serviços sejam realizados com utilização eficiente dos recursos disponíveis.
- f) Relatar à Pré-Sal Petróleo toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.
- g) Responsabilizar-se por todos os ônus referentes aos serviços objeto deste Termo de Referência, inclusive salários de pessoal, alimentação, diárias, hospedagem, transporte e seguros, bem como tudo que as leis trabalhistas e previdenciárias preveem e demais exigências legais para o exercício da atividade objeto desta licitação.
- h) Substituir, temporariamente, os profissionais afastados por motivos de férias, licenças previstas por lei e outros casos justificados ou não, de forma a não causar descontinuidade na prestação dos serviços.
- i) Substituir, definitivamente, em até 20 dias úteis, o profissional que seja considerado inapto para os serviços a serem prestados, seja por incapacidade técnica, atitude inconveniente, falta de urbanidade ou que venha a transgredir as normas disciplinares da Pré-Sal Petróleo.
- j) Assumir a responsabilidade por todos os encargos fiscais, previdenciários e obrigações previstas na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria.
- k) Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando forem vítimas os seus profissionais no desempenho dos serviços ou em conexão a eles, ainda que o acidente tenha acontecido nas dependências da Pré-Sal Petróleo.

 Pré-sal Petróleo	EDITAL DE PREGÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE.PPSA.108/2018 Anexo III – Modelo de Instrumento Contratual	Pág. 48 de 58
---	--	---------------

- l) Responsabilizar-se por eventuais indenizações decorrentes de quaisquer danos ou prejuízos causados à Pré-Sal Petróleo ou a terceiros, por ação ou omissão própria ou de qualquer de seus empregados ou prepostos.
- m) Fornecer mensalmente, Nota Fiscal de Serviço e respectivos demonstrativos, em papel e arquivo eletrônico, nos formatos: txt, xls e pdf, contendo o detalhamento individual dos serviços em página(s) distinta(s), incluindo e demonstrando claramente os descontos pertinentes previstos no Contrato. Se for do interesse da CONTRATADA negociar outro formato do arquivo eletrônico, bem como o mecanismo de sua entrega, esta deverá propô-lo por meio de representante designado junto a Pré-Sal Petróleo, a quem caberá decisão final sobre o formato do arquivo.


CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA PPSA

São obrigações da **PPSA**, dentre outras previstas neste Contrato:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- b) Notificar a Contratada por escrito (meio eletrônico) da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- c) Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas;
- d) A Pré-sal Petróleo não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- e) Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução dos serviços que deverão ser prestados;
- f) Prover a infraestrutura física necessária à prestação dos serviços, às suas expensas, incluindo os sistemas de alimentação de energia, bem como local e instalações adequadas, dentro das condições mínimas.

CLÁUSULA SEXTA – PREÇO

6.1. Pelos serviços objeto deste CONTRATO, a **PPSA** pagará à CONTRATADA, o valor referente aos serviços efetivamente prestados, conforme planilha a seguir:

 Pré-sal Petróleo	EDITAL DE PREGÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE.PPSA.108/2018 Anexo III – Modelo de Instrumento Contratual	Pág. 49 de 58
---	--	---------------

Prestação de serviços no “horário normal (08:00h às 19:00h)”	
Item	Valor Mensal
Prestação de serviço de Service Desk no “horário normal”	R\$
Subtotal 1	R\$

Prestação de serviços eventuais, “fora do horário normal (noturno e fim de semana)”			
Perfil do Profissional	Quantidade (horas)	Valor Unitário (hora)	Valor Mensal
Perfil 1	xx	R\$	R\$
Perfil 2	xx	R\$	R\$
Subtotal 2			R\$

Total do mês (Subtotal 1 + Subtotal 2)	R\$
---	------------

6.2. Estão incluídos nos preços, além do lucro, todas e quaisquer despesas que onerem direta ou indiretamente a execução dos serviços contratados e que sejam necessários à sua perfeita execução.

6.3. Os preços acima estipulados incluem o valor da folha de pagamento, encargos sociais e trabalhistas, assistência médica, encargos e contribuições parafiscais devidos em função do cumprimento do Contrato, inclusive rescisões contratuais, despesas financeiras, operacionais e administrativas, lucro e quaisquer outras despesas decorrentes deste Contrato e da prestação de serviços que constitui seu objeto.

CLÁUSULA SÉTIMA – EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E/ OU REAJUSTAMENTO DE PREÇOS DO CONTRATO


7.1. EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A PPSA e o CONTRATADO têm direito ao equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, em consonância com o inciso XXI, do artigo 37, da Constituição Federal, a ser realizado mediante reajuste ou revisão de preços, para restabelecer a relação que as Partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do CONTRATADO, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

Parágrafo Primeiro

A revisão de preços poderá ser realizada por iniciativa da PPSA ou mediante solicitação do CONTRATADO, quando ocorrer fato imprevisível ou previsível, porém, de consequências incalculáveis, retardador ou impeditivo da execução do Contrato, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, que onere ou desonere as obrigações

63/11

 Pré-sal Petróleo	EDITAL DE PREGÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE.PPSA.108/2018 Anexo III – Modelo de Instrumento Contratual	Pág. 50 de 58
---	--	---------------

pactuadas no presente Instrumento, sendo, porém, vedada nas hipóteses em que o risco seja alocado ao **CONTRATADO** nos termos da Cláusula de Matriz de Riscos, respeitando-se o seguinte:

- I. o **CONTRATADO** deverá formular à **PPSA** requerimento para a revisão do Contrato, comprovando a ocorrência do fato gerador;
- II. a comprovação será realizada por meio de documentos, tais como, atos normativos que criem ou alterem tributos, lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta ou do último reajuste e do momento do pedido de revisão; e
- III. com o requerimento, o **CONTRATADO** deverá apresentar planilhas de custos unitários, comparativas entre a data da formulação da proposta ou do último reajuste e o momento do pedido de revisão, contemplando os custos unitários envolvidos e evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor pactuado.

Parágrafo Segundo

Independentemente de solicitação, a **PPSA** poderá convocar o **CONTRATADO** para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado, ou de itens que compõem o custo, cabendo ao **CONTRATADO** apresentar as informações solicitadas pela **PPSA**.

7.2. REAJUSTAMENTO DE PREÇOS


7.2.1. Será admitido o reajuste dos preços, na forma da Lei, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado a partir da data limite para apresentação das propostas (constante no Edital), mediante aplicação, sobre os preços contratados, da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

Parágrafo único - Na impossibilidade, por qualquer motivo, de utilização do IPCA, adotar-se-á, para fins de cálculo do reajuste, outro índice publicado por instituição idônea, a critério da **PPSA**, e que melhor reflita a inflação ocorrida no período. A eventual utilização de outro índice, na forma aqui prevista, não representa a renúncia da adoção do IPCA, o qual poderá ser utilizado em reajuste futuro.

7.2.2 Os reajustes serão formalizados por meio de Apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - CONDIÇÕES DE FATURAMENTO E PAGAMENTO

8.1. A **PPSA** pagará à **CONTRATADA** os valores previstos na **CLÁUSULA SEXTA "PREÇOS"**, mediante apresentação da Nota Fiscal ou Fatura discriminada correspondente, após cumpridas todas as exigências contratuais e dado o devido aceite, pela **PPSA**, quanto à execução dos serviços. Uma vez aprovados os documentos de cobrança pela **PPSA**, o pagamento será feito à **CONTRATADA** no prazo de até 15 (quinze) dias contados a partir da apresentação dos citados documentos.

 Pré-sal Petróleo	EDITAL DE PREGÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE.PPSA.108/2018 Anexo III – Modelo de Instrumento Contratual	Pág. 51 de 58
---	--	----------------------

8.2. Para que a **PPSA** cumpra com suas obrigações, dentro dos prazos estabelecidos, relativos ao pagamento dos documentos de cobrança emitidos por conta deste Instrumento Contratual, a **CONTRATADA** deverá observar as seguintes disposições:

a) A **CONTRATADA** emitirá o documento de cobrança e o apresentará à **PPSA**, no órgão abaixo identificado:

EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GAS NATURAL S.A. – PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. – PPSA

Gerência de Controle Contábil e Finanças

Ref.: Contrato nº CT-PPSA-0xx/2018

Os documentos fiscais deverão ser emitidos conforme a seguir:

CNPJ: 18.738.727/0002-17 - Inscrição Municipal: 0.631.898-3 / Estadual: 87.007.847
Endereço: Avenida Rio Branco, 1 – 4º ANDAR – Centro – RJ – 20.090-003

As práticas adotadas pela **PPSA** para com seus fornecedores para fins de faturamento e emissão de Notas Fiscais são:

I. Documentos Fiscais emitidos por fornecedores deverão ser entregues nas dependências da **PPSA** ou endereçados para financeiro@ppsa.gov.br, acompanhados de boletos de pagamento e/ou dados bancários para transferência, dentro do próprio mês de sua emissão;

II. No caso de Notas Fiscais eletrônicas relativas a mercadorias (DANFE), solicitamos o envio do arquivo XML correspondente para financeiro@ppsa.gov.br, conforme exigência da legislação; e

III. Documentos fiscais emitidos em desacordo com as instruções acima não serão recepcionados pela **PPSA**, devendo ser cancelados pelo emissor.


b) Dos documentos de cobrança deverão constar a discriminação dos impostos, taxas, contribuições parafiscais incidentes sobre o faturamento, conforme previsto na legislação em vigor, bem como o número e o objeto deste Instrumento Contratual, não se admitindo, portanto, documentos que façam referência a diversos instrumentos contratuais;

c) A **PPSA** efetuará a retenção de impostos, taxas e contribuições, quando devidos na fonte, em conformidade com a legislação em vigor;

c.1. Por força do Decreto Municipal nº. 28.248/2007, do Município do Rio de Janeiro, a **PPSA** está obrigada a reter, a partir de 1/9/2007 o Imposto Sobre Serviço – ISS das empresas com domicílio fiscal fora do Município do Rio de Janeiro, que prestam serviço para este município e que não estejam em situação regular no CEPOM (Cadastro de Empresas Prestadoras de Outros Municípios), devendo, portanto, a Proponente vencedora desta Licitação, providenciar o seu cadastramento no município do Rio de Janeiro (<http://dief.rio.rj.gov.br/cepom>), a fim de evitar que a **PPSA** faça a retenção do referido tributo. Tal retenção do ISS, quando devida, será efetuada na data em que o pagamento for realizado.

d) Os pagamentos decorrentes deste Instrumento Contratual serão efetivados pela **PPSA**, por meio de depósito na conta corrente da **CONTRATADA** (Banco:/Agência e dígito verificador: e Conta corrente e dígito verificador:), sem o que a **PPSA** não efetuará os pagamentos;

69

 Pré-sal Petróleo	EDITAL DE PREGÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE.PPSA.108/2018 Anexo III – Modelo de Instrumento Contratual	Pág. 52 de 58
---	--	---------------

- e) Fica vedado o desconto ou o endosso de duplicatas extraídas com base neste Instrumento Contratual, não se responsabilizando a **PPSA** por seu pagamento, se verificado dito desconto ou endosso. Em qualquer hipótese, a **PPSA** não se responsabilizará por acréscimos, bancários ou não, no valor das duplicatas, seja a título de juros, comissão, taxas de permanência e outros;
- f) Desde já fica acertado que o comprovante de depósito bancário se constituirá em documento comprobatório de quitação das obrigações decorrentes deste Instrumento Contratual;
- g) Em caso de erro ou dúvidas nos documentos de cobrança que acompanham o pedido de pagamento, a **PPSA** poderá, a seu exclusivo critério, pagar apenas a parcela não controvertida no prazo contratual;
- h) A partir da comunicação formal da **PPSA**, que será parte integrante do processo de pagamento relativo à parcela restante, fica interrompido o prazo de pagamento até a solução final da controvérsia, restabelecendo-se, a partir desta data, a contagem do prazo de pagamento contratual;
- i) O não cumprimento, pela **CONTRATADA**, do disposto nas alíneas desta Cláusula, no que for aplicável, facultará à **PPSA** a devolver o documento de cobrança e a contar novo prazo de vencimento, a partir da reapresentação.

8.3. A **PPSA** poderá, mediante procedimento legalmente previsto e de acordo com as demais disposições contratuais, efetuar deduções, débitos, indenizações ou multas em que a **CONTRATADA** haja incorrido de quaisquer créditos decorrentes deste Instrumento Contratual.

8.4. A **PPSA** não se responsabiliza por qualquer despesa bancária, nem por qualquer outro pagamento não previsto neste Instrumento Contratual.


8.5. Os pagamentos somente serão efetuados caso a **CONTRATADA** encontre-se em situação de Regularidade para com a Seguridade Social (INSS e FGTS), a Secretaria de Receita Federal e Débitos Trabalhistas (Lei nº 12.440/2011) e comprove os correspondentes pagamentos referentes à Seguridade Social (INSS) e ao FGTS.

8.6. No caso de atraso de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela **PPSA** encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

8.7 O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

CLÁUSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

9.1. O presente instrumento será executado sob a fiscalização e acompanhamento do preposto designado pela **PPSA**. Esse preposto se incumbirá de fazer pedidos, receber e atestar os documentos de cobrança, bem como observar o fiel cumprimento do Contrato, nos termos do Arts 126 e 127 do **RILC-PPSA**, sendo certo que esta fiscalização não reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** por danos causados à **PPSA** ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste Contrato.

 Pré-sal Petróleo	EDITAL DE PREGÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE.PPSA.108/2018 Anexo III – Modelo de Instrumento Contratual	Pág. 53 de 58
---	--	---------------

CLÁUSULA DÉCIMA – MULTAS CONTRATUAIS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Além das penalidades previstas no **ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO (ANS)**, constante do item 3.7 da **CLÁUSULA TERCEIRA**, a PPSA aplicará à CONTRATADA, com fundamento nos Arts. 129 a 131 do **RILC-PPSA**, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa administrativa no percentual de 10% (dez por cento) do valor do Instrumento contratual;

c) Suspensão temporária de participação em Licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

10.2. A aplicação das penalidades estabelecidas nesta Cláusula não impede que a PPSA rescinda unilateralmente este Contrato, sem prejuízo do ajuizamento das ações cabíveis.

10.3. As multas previstas neste Contrato poderão ser descontadas de qualquer valor devido à CONTRATADA ou cobradas mediante processo de execução, na forma da Lei Processual Civil.

10.4. As sanções previstas na alínea “c” do item 10.1 poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão deste Contrato:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da Licitação;

III - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a PPSA em virtude de atos ilícitos praticados.

10.5. Aplicam-se também as normas de direito penal contidas nos artigos 89 a 99 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.


CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – MATRIZ DE RISCOS

11.1. A PPSA e o CONTRATADO, tendo como premissa a obtenção do melhor custo contratual mediante a alocação do risco à parte com maior capacidade para geri-lo e absorvê-lo, identificam os riscos decorrentes da relação contratual e, sem prejuízo de outras previsões contratuais, estabelecem os respectivos responsáveis na Matriz de Riscos constante do Anexo deste Contrato.

Parágrafo Primeiro

A revisão do preço aludida deve respeitar o disposto na correspondente Cláusula de Equilíbrio Econômico-Financeiro deste Contrato.

701

 Pré-sal Petróleo	EDITAL DE PREGÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE.PPSA.108/2018 Anexo III – Modelo de Instrumento Contratual	Pág. 54 de 58
---	--	---------------

Parágrafo Segundo

É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados, na Matriz de Riscos, como de responsabilidade do **CONTRATADO**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DEDUÇÕES

12.1. A **PPSA** poderá deduzir, de quaisquer créditos da **CONTRATADA**, decorrentes deste Contrato, débitos, ressarcimentos, indenizações ou multas por ela incorridas.

12.2. Tais débitos, ressarcimentos, indenizações ou multas são, desde já, considerados, pelas partes, no que for cabível, como dívidas líquidas e certas, cobráveis mediante execução forçada, constituindo este Contrato título executivo extrajudicial (cf. artigo 585, Inciso II do CPC).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES FISCAIS


13.1. Todos os tributos, encargos e contribuições parafiscais eventualmente devidos pela execução do objeto deste Contrato correm por conta exclusiva da **CONTRATADA**, que também se responsabiliza pelo perfeito e exato cumprimento de todas as obrigações e formalidades que a Lei a ela atribua.

13.1.1. Os tributos e contribuições, quando devidos na fonte, serão retidos na forma da Lei, fazendo-se os pagamentos à **CONTRATADA** por seu valor líquido.

13.1.2. Caso sejam criados, após a data-base da proposta, novos tributos, encargos ou contribuições parafiscais ou modificadas a base de cálculo e/ou alíquotas dos atuais, de forma a aumentar ou diminuir o ônus da **CONTRATADA**, com repercussão na economia contratual, será o preço revisado de modo a cobrir as diferenças comprovadas decorrentes dessas alterações.

13.1.3. A **CONTRATADA**, não obstante o acima disposto obriga-se, caso venha a ser autuada pela Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, no que concerne ao objeto deste Contrato, a defender-se com empenho e zelo perante as autoridades competentes.

13.1.4. Face ao disposto no "caput" desta cláusula, a **PPSA** não se responsabiliza pelo ressarcimento de quaisquer multas, correção monetária, penalidades, juros e outras despesas resultantes da não observância de obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias, pela **CONTRATADA**.

 Pré-sal Petróleo	EDITAL DE PREGÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE.PPSA.108/2018 Anexo III – Modelo de Instrumento Contratual	Pág. 55 de 58
---	--	---------------

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

14.1. O prazo de disponibilidade dos serviços é de 20 dias contados a partir da assinatura do contrato conforme item 3.3 da CLÁUSULA TERCEIRA.

14.2. O prazo de execução e vigência deste Contrato será de 5 (cinco) anos, contados da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – VALOR E ORÇAMENTO

15.1. Dá-se ao presente Contrato o valor global estimado de R\$ xxxx,xx (xxxxxxxxxxxxxx), conforme valor ofertado no Pregão realizado em XX / XX / 2018.

15.2. A despesa com a contratação de que trata o objeto consta da proposta do PDG 2018, rubrica 243.190 – Serviços de Terceiros.

15.3. A despesa para os exercícios subsequentes será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade e constará da proposta dos correspondentes PDG's da PPSA.

15.4. A PPSA poderá solicitar, em caso de suas novas necessidades de trabalho, acréscimos ou suspensões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

16.1. Após o recebimento dos serviços contratados, a PPSA fará as correspondentes conferências e dará seu aceite através no documento de cobrança, constituindo este comprovante no Termo de Recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – CESSÃO, SUBCONTRATAÇÃO E DAÇÃO EM GARANTIA


17.1. Ficam expressamente vedadas a cessão, ainda que parcial, bem como a dação em garantia deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

18.1. Todas as informações decorrentes da prestação dos serviços relacionados ao objeto contratual serão consideradas "Informações Confidenciais" e serão objeto de sigilo, salvo se expressamente estipulado em contrário pela PPSA.

18.2. A CONTRATADA se compromete a guardar confidencialidade e a não utilizar qualquer tipo de Informação Confidencial para propósitos estranhos àqueles definidos neste Contrato.

71/11

 Pré-sal Petróleo	EDITAL DE PREGÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE.PPSA.108/2018 Anexo III – Modelo de Instrumento Contratual	Pág. 56 de 58
---	--	----------------------

18.3. A CONTRATADA se compromete a adotar as medidas necessárias para que seus diretores, empregados, prepostos ou prestadores de serviço que estejam, direta ou indiretamente, envolvidos com a prestação de serviços objeto deste Contrato, que precisem conhecer a Informação Confidencial, mantenham sigilo sobre a mesma, adotando todas as precauções e medidas para que as obrigações oriundas desta CLÁUSULA sejam efetivamente observadas, apresentando a **PPSA** as declarações neste sentido.

18.4. O compromisso de confidencialidade é permanente e se manterá durante o período de vigência deste instrumento e após o término do mesmo.

18.5. A divulgação de qualquer Informação Confidencial somente será possível mediante prévia e expressa autorização por escrito da **PPSA** ou quando requerida pelas Autoridades Governamentais, Administrativas e/ou Judiciárias e, neste caso, a CONTRATADA deverá reportar o fato imediatamente à **PPSA**.

18.6. O não cumprimento da obrigação de confidencialidade estabelecida nesta CLÁUSULA sujeitará a CONTRATADA ao pagamento das perdas e danos comprovadamente sofridos pela **PPSA**, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis decorrentes de sua violação.


18.7. A CONTRATADA se obriga a devolver à Pré-sal Petróleo, todo o material que contenha informações confidenciais tão logo ocorra a rescisão ou término da vigência desde Instrumento Contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – RESCISÃO

19.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos Arts. 118 a 121 do **RILC-PPSA**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – NOVAÇÃO

20.1. A não utilização, pela **PPSA**, de quaisquer dos direitos a ela assegurados neste Contrato ou na Lei, em geral, ou a não aplicação de quaisquer sanções nelas previstas, não importa em novação quanto a seus termos, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras. Todos os recursos postos à disposição da **PPSA**, neste Contrato, serão considerados como cumulativos e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.

 Pré-sal Petróleo	EDITAL DE PREGÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE.PPSA.108/2018 Anexo III – Modelo de Instrumento Contratual	Pág. 57 de 58
---	--	---------------

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - FORO E LEGISLAÇÃO

21.1. O foro competente para qualquer ação ou execução decorrente deste Contrato é o da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal. Este Contrato é regido em todos os termos e condições constantes do **RILC-PPSA**, notadamente no tocante às eventuais omissões, pela Lei nº 10.520/2002, pelo Decreto nº 3.555/2000 e pela Lei nº 13.303/2016, com as alterações posteriores.

E, por se acharem justas e contratadas, assinam o presente instrumento, em duas vias de igual teor e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro, de de 2018

EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GAS NATURAL S.A. –
PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. – PPSA

CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

72

Anexo CONTRATO Nº CT-PPSA-0XX/2018 – Matriz de Riscos

Categoria do Risco	Descrição	Consequência	Medidas Mitigadoras	Alocação do Risco
Risco de absentismo	Ausência por motivo de doença	Indisponibilidade de serviços parcial ou completo	Substituir, temporariamente, os profissionais afastados	Contratado
	Ausência por motivo de férias	Indisponibilidade de serviços parcial ou completo	Substituir, temporariamente, os profissionais afastados	Contratado
Risco atinente ao Tempo de Execução	Atraso em geral na execução do objeto contratual por culpa do Contratado.	Indisponibilidade de serviços completo ou parcial	Diligência do Contratado na execução contratual.	Contratado
	Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato próprios do risco ordinário da atividade empresarial ou da execução	Indisponibilidade de serviços parcial ou completo	Planejamento empresarial.	Contratado
	Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato que não estejam na sua área ordinária, tais como "fato do príncipe", caso fortuito ou de força maior, bem como o retardamento determinado pela Pré-sal Petróleo, que comprovadamente repercute no preço do Contratado	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Revisão do preço.	Pré-sal Petróleo
	Atraso em geral na entrega de documentações que impossibilitem o pagamento.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Planejamento empresarial.	Contratado
Risco da Atividade Empresarial	Alteração de enquadramento tributário, em razão do resultado ou de mudança da atividade empresarial, bem como por erro do Contratado na avaliação da hipótese de incidência tributária.	Aumento ou diminuição do lucro do Contratado	Revisão do preço.	Contratado
	Elevação dos custos operacionais, quando superior ao índice de reajuste previsto no Contrato.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço	Planejamento empresarial.	Contratado
Risco na Execução Técnica	Falta de habilidade técnica.	Atraso na entrega de tarefas e aumento do custo do serviço	Substituir, temporariamente, os profissionais para treinamento ou substituí-los permanentemente.	Contratado
	Alteração de membro de equipe	Demora na retomada do trabalho após troca do membro.	Realização de passagem de conhecimento para o novo membro com no mínimo 2 meses de antecedência.	Contratado



Pré-sal Petróleo

André Oliveira <andre.oliveira@ppsa.gov.br>

Re: Pedido de Proposta - Service Desk

1 mensagem

Maia, Marcia Losada <marcia.maia@atos.net>
 Para: André Oliveira <andre.oliveira@ppsa.gov.br>

8 de maio de 2018 15:44

Boa tarde André,

Ratifico que o valor global está correto. A divergência refere-se ao setup que incide apenas no primeiro ano.

Permaneço à disposição.

Atenciosamente,

Marcia Maia
 21 98189-0300

De: André Oliveira
 Enviado: terça-feira, 8 de maio 12:16 PM
 Assunto: Fwd: Pedido de Proposta - Service Desk
 Para: Maia, Marcia Losada

Boa Tarde Marcia,

Identifiquei uma diferença de valores da proposta de vocês. Veja abaixo o Quadro:

Item			Valor Mensal	Valor Anual	Valor 5 anos
Prestação de serviço de Service Desk no "horário normal"			R\$ 55.923,44	R\$ 671.081,22	R\$ 3.254.139,52
Subtotal 1			R\$ 55.923,44	R\$ 671.081,22	R\$ 3.254.139,52
Prestação de serviços eventuais, fora do "horário normal (noturno e fim de semana)"					
Perfil do Profissional	Quantidade (horas)	Valor Unitário Hora	Valor Mensal	Valor Anual	Valor 5 anos
Perfil 1	16	R\$ 342,87	R\$ 5.485,90	R\$ 65.830,75	R\$ 329.153,77
Perfil 2	8	R\$ 135,05	R\$ 1.080,36	R\$ 12.964,35	R\$ 64.821,73
Subtotal 2(*), Limitado a 10% do valor Total proposto.			R\$ 6.566,26	R\$ 78.795,10	R\$ 393.975,50
Total Proposto (Subtotal 1 + Subtotal 2)			R\$ -	R\$ 749.876,32	R\$ 3.648.115,02

Se multiplicarmos o valor anual da proposta de R\$ 749.876,32 por 5 anos, não chegamos o valor de R\$ 3.648.115,02.

Gostaria que vocês confirmassem se o valor global está correto.

Obrigado.

7311

"Aviso: Esta mensagem pode conter informações sigilosas. Se você não for o destinatário ou a pessoa autorizada a recebê-la, não deve usar, copiar ou divulgar as informações nela contida ou tomar qualquer ação baseada no conteúdo recebido, além de excluí-la imediatamente. Este ambiente é monitorado.

Disclaimer: This message may contain confidential and/or privileged information. If you are not the addressee or the person authorized to receive this message, you must not use, copy, or disclose the information contained on it or take any action on those information. This environment is monitored."

----- Mensagem encaminhada -----

De: **André Oliveira** <andre.oliveira@ppsa.gov.br>

Data: 4 de maio de 2018 11:16

Assunto: Fwd: Pedido de Proposta - Service Desk

Para: Anderson de Almeida Santos <anderson.santos@ppsa.gov.br>

"Aviso: Esta mensagem pode conter informações sigilosas. Se você não for o destinatário ou a pessoa autorizada a recebê-la, não deve usar, copiar ou divulgar as informações nela contida ou tomar qualquer ação baseada no conteúdo recebido, além de excluí-la imediatamente. Este ambiente é monitorado.

Disclaimer: This message may contain confidential and/or privileged information. If you are not the addressee or the person authorized to receive this message, you must not use, copy, or disclose the information contained on it or take any action on those information. This environment is monitored."

----- Mensagem encaminhada -----

De: **Maia, Marcia Losada** <marcia.maia@atos.net>

Data: 4 de maio de 2018 08:26

Assunto: RES: Pedido de Proposta - Service Desk

Para: André Oliveira <andre.oliveira@ppsa.gov.br>

Prezado André, bom dia!

Por gentileza veja anexo nossa proposta orientativa referente ao processo Service Desk.

Quando oportuno, gostaria de ter a oportunidade de visitá-lo para me apresentar pessoalmente e conversarmos sobre o processo. A Atos tem total interesse e qualificação para prestar o serviço solicitado.

Peço desculpas em não enviar o arquivo ontem!

Ficamos à disposição,

Grata,

Marcia Losada Maia

Account Manager

T: +55 21 3388-4220

C: +55 21 9 8189-0300

marcia.maia@atos.net

Condomínio Le Monde Office

Avenida das Américas 3500

Hong Kong 1000 – 5o andar, sala 508

CEP 22640 - 102 - Barra da Tijuca - RJ – Brasil

atos.net

Atos





UNIFY - Soluções em Tecnologia da Informação LTDA, is an Atos company.

De: André Oliveira [mailto:andre.oliveira@ppsa.gov.br]

Enviada em: quinta-feira, 26 de abril de 2018 11:20

Cc: Anderson de Almeida Santos; Vitor Martelloti

Assunto: Re: Pedido de Proposta - Service Desk

Prezados Senhores,

Fizemos algumas alterações no pedido de proposta e por isso estamos concedendo um prazo maior para o envio das propostas. O novo prazo para envio passa a ser o dia **03/05/2018**.

Peço por favor que respeitem o prazo para que possamos agilizar o processo licitatório.

Para facilitar, a empresa que preferir pode responder esse email com a tabela abaixo preenchida.

Item

Valor Mensal

Valor Anual

Valor 5 anos

Prestação de serviço de Service Desk no "horário normal"

R\$ -

R\$ -

R\$ -

Subtotal 1

Prestação de serviços eventuais, fora do "horário normal" (noturno e fim de semana)

Perfil do Profissional

Quantidade (horas)

Valor

Unitário (hora)

Valor Mensal

74 y

Valor Anual**Valor 5 anos**

Perfil 1

16

R\$ -

R\$ -

R\$ -

R\$ -

Perfil 2

8

R\$ -

R\$ -

R\$ -

R\$ -

Subtotal 2(*), Limitado a 10% do valor Total proposto.

Total Proposto (Subtotal 1 + Subtotal 2)

R\$ -

R\$ -

R\$ -

R\$ -

Conto com a proposta de vocês!
Obrigado.

"Aviso: Esta mensagem pode conter informações sigilosas. Se você não for o destinatário ou a pessoa autorizada a recebê-la, não deve usar, copiar ou divulgar as informações nela contida ou tomar qualquer ação baseada no conteúdo recebido, além de excluí-la imediatamente. Este ambiente é monitorado.

Disclaimer: This message may contain confidential and/or privileged information. If you are not the addressee or the person authorized to receive this message, you must not use, copy, or disclose the information contained on it or take any action on those information. This environment is monitored."

Em 19 de abril de 2018 15:47, André Oliveira <andre.oliveira@ppsa.gov.br> escreveu:
Prezados,

O nosso atual contrato de Service Desk está se encerrando em Julho, e dessa vez iremos licitar novamente o objeto em questão para o período de 5 anos.

Dessa forma estou enviando em anexo um pedido de proposta, preencham por favor o quadro abaixo ou enviem a proposta contendo o quadro.

Perfil do Profissional**Quantidade****Valor Mensal****Valor Anual****Valor 5 anos**

Perfil 1

R\$ -

R\$ -

R\$ -

Perfil 2

R\$ -

R\$ -

R\$ -

Eventuais horas extras 10%

R\$ -

R\$ -

R\$ -

Totais

R\$ -

R\$ -

R\$ -

O prazo de envio das propostas é: **26/04/2018.**

Qualquer problema ou dúvida estou à disposição.

Att.

"Aviso: Esta mensagem pode conter informações sigilosas. Se você não for o destinatário ou a pessoa autorizada a recebê-la, não deve usar, copiar ou divulgar as informações nela contida ou tomar qualquer ação baseada no conteúdo recebido, além de excluí-la imediatamente. Este ambiente é monitorado.

Disclaimer: This message may contain confidential and/or privileged information. If you are not the addressee or the person authorized to receive this message, you must not use, copy, or disclose the information contained on it or take any action on those information. This environment is monitored."

75

ATOS WARNING !

This message contains attachments that could potentially harm your computer.

Please make sure you open **ONLY** attachments from senders you know, trust and is in an e-mail that you are expecting.

AVERTISSEMENT ATOS !

Ce message contient des pièces jointes qui peuvent potentiellement endommager votre ordinateur.

Merci de vous assurer que vous ouvrez uniquement les pièces jointes provenant d'emails que vous attendez et dont vous connaissez les expéditeurs et leur faites confiance.

AVISO DE ATOS !

Este mensaje contiene datos adjuntos que pudiera ser que dañaran su ordenador.

Asegúrese de abrir **SOLO** datos adjuntos enviados desde remitentes de confianza y que procedan de un correo esperado.

ATOS WARNUNG !

Diese E-Mail enthält Anlagen, welche möglicherweise ihren Computer beschädigen könnten.

Bitte beachten Sie, daß Sie **NUR** Anlagen öffnen, von einem Absender den Sie kennen, vertrauen und vom dem Sie vor allem auch E-Mails mit Anlagen erwarten.

ATOS WARNING !

This message contains attachments that could potentially harm your computer.

Please make sure you open **ONLY** attachments from senders you know, trust and is in an e-mail that you are expecting.

AVERTISSEMENT ATOS !

Ce message contient des pièces jointes qui peuvent potentiellement endommager votre ordinateur.

Merci de vous assurer que vous ouvrez uniquement les pièces jointes provenant d'emails que vous attendez et dont vous connaissez les expéditeurs et leur faites confiance.

AVISO DE ATOS !

Este mensaje contiene datos adjuntos que pudiera ser que dañaran su ordenador.

Asegúrese de abrir **SOLO** datos adjuntos enviados desde remitentes de confianza y que procedan de un correo esperado.

ATOS WARNUNG !

Diese E-Mail enthält Anlagen, welche möglicherweise ihren Computer beschädigen könnten.

Bitte beachten Sie, daß Sie **NUR** Anlagen öffnen, von einem Absender den Sie kennen, vertrauen und vom dem Sie vor allem auch E-Mails mit Anlagen erwarten.

7 anexos

image006.png
1K



image005.png
1K



image004.png
1K



Image003.png
1K



image002.png
2K

image001.png
1K

08/05/2018

E-mail de PPSA - Re: Pedido de Proposta - Service Desk

Item	Valor Mensal	Valor Anual	Valor Total		
Preço médio mensal de aluguel de espaço de armazenamento mensal ¹	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72		
Resumo de preços unitários, valores mensais, anuais e totais de serviços ²					
Item/Preço Unitário	Quantidade (Item)	Valor Unitário (R\$)	Valor Mensal	Valor Anual	Valor Total
Preço 1	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 2	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 3	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 4	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 5	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 6	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 7	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 8	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 9	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 10	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 11	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 12	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 13	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 14	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 15	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 16	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 17	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 18	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 19	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 20	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 21	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 22	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 23	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 24	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 25	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 26	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 27	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 28	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 29	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 30	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 31	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 32	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 33	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 34	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 35	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 36	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 37	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 38	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 39	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 40	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 41	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 42	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 43	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 44	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 45	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 46	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 47	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 48	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 49	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 50	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 51	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 52	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 53	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 54	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 55	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 56	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 57	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 58	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 59	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 60	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 61	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 62	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 63	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 64	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 65	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 66	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 67	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 68	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 69	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 70	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 71	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 72	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 73	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 74	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 75	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 76	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 77	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 78	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 79	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 80	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 81	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 82	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 83	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 84	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 85	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 86	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 87	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 88	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 89	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 90	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 91	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 92	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 93	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 94	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 95	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 96	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 97	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 98	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 99	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72
Preço 100	12	R\$ 35.311,44	R\$ 35.311,44	R\$ 423.737,28	R\$ 459.048,72

image.png
82K

Correspondência Interna DAF nº 39/2018

Rio de Janeiro, 09 de maio de 2018

Para: Olavo Bentes David
Consultor Jurídico

De: Jorge da Silva Henze
Gerente de Recursos Humanos e Suporte Corporativo

Assunto: Edital de Pregão Eletrônico PE.PPSA.108/2018 – Contratação de Prestação de Serviços de Service Desk para o escritório central da PPSA.

Estamos encaminhando, para análise e parecer da Consultoria Jurídica, o processo licitatório em epígrafe, conforme solicitação apresentada na correspondente Nota Técnica anexa.

Por fim, colocamo-nos a disposição para o esclarecimento de dúvidas porventura existentes.

Atenciosamente,


Jorge da Silva Henze

Gerente de Recursos Humanos e Suporte Corporativo

Rio de Janeiro, 10 de maio de 2018

PARECER Nº 31/2018/CJ-PPSA

Processo nº: PE.PPSA.108/2018

EDITAL DE PREGÃO
ELETRÔNICO
PE.PPSA.108/2018 A SER
REALIZADO PELA PRÉ- SAL
PETRÓLEO S.A. ("PPSA")
PARA CONTRATAÇÃO DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
DE *SERVICE DESK* PARA O
ESCRITÓRIO CENTRAL DA
PPSA

1. Cuida-se de consulta proveniente da Gerência de Recursos Humanos e Suporte Corporativo ("GRH") sobre o processo de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico PE.PPSA.108/2018, do tipo menor preço global, que visa à contratação de serviços de *Service Desk* para o escritório central da PPSA.
2. O processo administrativo PE.PPSA.108/2018 ("Processo") foi enviado a esta Consultoria Jurídica ("CJ") com 76 folhas numeradas e rubricadas, através de correspondência interna da GRH de nº 39/2018.
3. Constam dos autos:
 - I. Termo de abertura de Processo Licitatório Pregão Eletrônico (fl.1);
 - II. Nota Técnica 061.DTF/2018 (fls.2v e 3);
 - III. Termo de Referência 005.DTF/2018 (fls.4v a 17);
 - IV. Correio eletrônico (04/05/2018 – Fwd: Rubrica Orçamentária – Contratação de Serviço de *Service Desk*), o documento traz a informação de previsão orçamentária na rubrica 243.190 – Serviços de Terceiros no PDG 2018, informando ainda que a continuidade do contrato para o exercício de 2019 a 2023 constará igualmente com previsão orçamentária na mesma rubrica (fl. 18v e 19);

- V. Correio eletrônico (03/05/2018 – Re: Pedido de Proposta – Service Desk), o documento traz apresentação de cotação da empresa Stefanini (fls.20v a 32);
- VI. Correio eletrônico (04/05/2018 – Fwd: Pedido de Proposta – Service Desk), o documento traz apresentação da proposta da empresa Atos (fl.33v a 39);
- VII. Correio eletrônico (04/05/2018 – Re: [Proposta Accenture] Pedido de Proposta – Service Desk (fl.40v a 43v);
- VIII. Edital de Pregão Eletrônico PE.PPSA.108/2018 (fls. 44v a 72v); e
- IX. Correio eletrônico (08/05/2018 – Fwd: Pedido de Proposta – Service Desk o documento traz ratificação do valor global pela empresa Atos (fl.73v a 76).

4. É o relatório. Passa-se à análise jurídica.

5. Na forma do preceito constitucional contido no art. 37, inciso XXI, vislumbramos a obrigatoriedade de procedimento licitatório para contratações feitas pelo Poder Público. Todos os órgãos da Administração Pública direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios estão obrigados a licitar.

6. Em atenção à obrigação de licitar como regra aplicável aos órgãos e entidades da Administração Pública, o inciso III do §1º do art. 173 da Constituição Federal previu que a lei que estabelecer o estatuto das empresas estatais deverá conter regras específicas sobre as contratações dessas entidades, à luz dos princípios da Administração Pública. Nesse sentido, a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 (“Lei nº 13.303/16” ou “Lei das Estatais”), dispôs, no seu Título II, acerca da disciplina aplicável às licitações e contratos promovidos pelas empresas estatais.

7. Sendo assim, passamos à análise da minuta de Edital, que é o instrumento por meio do qual a Administração torna pública a realização de uma licitação. Nele, a Administração fixa os requisitos para a participação, define o objeto e as condições básicas do contrato e convida a todos os interessados para que apresentem suas propostas.

8. A principal função do edital é estabelecer as regras definidas para a realização do procedimento, as quais são de observância obrigatória, tanto pela Administração, quanto pelos licitantes. Costuma-se dizer que o edital é a lei interna da licitação.

9. Segundo Maria Sylvia Zanella di Pietro, o Edital é a "lei da licitação e do contrato" (Direito Administrativo, 8ª ed., São Paulo, Atlas, 1997, p. 282), pois o que nele estiver contido deve ser rigorosamente cumprido, sob pena de nulidade, dado o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

10. Sublinhe-se que a Lei das Estatais inaugurou um novo conjunto de regras no que se refere às contratações públicas, afastando-se, a partir da sua efetiva aplicação, a regência de outros diplomas normativos (notadamente a Lei nº 8.666/1993) às empresas estatais – não havendo que se falar, inclusive, em subsidiariedade desses últimos diplomas normativos.

11. Assim, inovando em relação às normas tradicionais de licitação, que definem modalidades de licitação em função de elementos quantitativos e qualitativos, a Lei das Estatais dividiu os procedimentos licitatórios em dois subsistemas: (i) o pregão, sob a forma eletrônica e presencial; e (ii) as demais contratações, realizáveis pelos modos de disputa aberto, fechado ou misto. Em outras palavras, há a previsão de modalidade licitatória típica - já regulada na forma da Lei Federal nº 10.520/2002 ("Lei do Pregão") - e outra indefinida, a ser delineada nos regulamentos internos de licitação e contratos.

12. A esse respeito, o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da PPSA ("RILC"), previu, no âmbito de seu Capítulo II do Título II, que trata das modalidades de Licitação, as seguintes seções: (i) Pregão Eletrônico (Seção III); (ii) Pregão Presencial (Seção IV); e (iii) Modos de Disputa Aberto, Fechado e Misto (Seção V).

13. Quanto à modalidade licitatória pretendida, cumpre destacar que o art. 32, IV, da Lei das Estatais determina que seja preferencialmente adotado o pregão. Assim, referido dispositivo da Lei das Estatais remete, ainda, à aplicação das regras da Lei do Pregão, que dispõe sobre a aquisição de bens e serviços comuns sob este tipo licitatório, verbis:

"Art. 32. Nas licitações e contratos de que trata esta Lei serão observadas as seguintes diretrizes:

IV – adoção preferencial da modalidade de licitação denominada pregão, instituída pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, para a aquisição de bens e serviços comuns, assim considerados aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado".

14. Nesse mesmo sentido se manifesta a doutrina:

"A Lei nº 13.303/16 estabelece que deve, preferencialmente, ser adotada a modalidade de pregão instituída pela Lei nº 10.520/02. Tal importa que as estatais, ao licitarem nesta modalidade, devem cumprimento à Lei do Pregão, que será aplicada conjuntamente com a Lei nº 13.303/16. Pregão é modalidade de licitação que deve ser adotada para aquisição de bens e serviços comuns. Pode ser veiculado na forma presencial ou na forma eletrônica e já era fixado como modalidade preferencial para a Administração Pública federal (Decreto Federal nº 5.450/05).

Tarefa das mais complexas é definir o que significa bem ou serviço comum para os fins de escolha de modalidade. A definição legal é inútil e imprestável para tanto. A rigor, todo o objeto deve ser definido objetivamente no edital por meio de especificações usuais de mercado, e não somente os que sejam comuns.

Dois critérios podem ser úteis para a escolha do pregão. Primeiramente, pode ser utilizado o pregão quando o julgamento bipartido não implicar potencial risco à contratação. O julgamento bipartido importa em que, no pregão, há duas fases nas quais os licitantes podem ofertar proposta de preço. Na primeira fase, são ofertadas propostas de preço escritas – seja na via eletrônica, seja na via presencial. A segunda fase é denominada de fase de lances, na qual há a possibilidade de os licitantes cobrirem as ofertas de preço uns dos outros, até que se encerre a disputa. Essa redução sucessiva de preços ofertados pode produzir preços tão baixos que, em relação a determinados objetos, podem implicar risco à execução contratual. Se tal for verdadeiro – o que deve ser aferido pela

Administração – o pregão não deve ser utilizado. Em segundo lugar, poderá ser utilizado o pregão quando a análise dos documentos que compõem a proposta comercial ou os documentos de habilitação for simplificada e não ensejar aprofundamento jurídico ou técnico. Ao reverso, se houver necessidade de análise aprofundada de documentos e de cumprimento de requisitos de qualidade de objeto, pode não ser indicada a utilização do pregão.” (Guimarães, Edgar Lei das estatais: comentários ao regime jurídico licitatório e contratual da Lei nº 13.303/2016 / Edgar Guimarães, José Anacleto Abduch Santos. – Belo Horizonte : Fórum, 2017.p. 102 e 103)

15. Com efeito, o Tribunal de Contas da União (“TCU”) expressamente reconhece a adoção preferencial do pregão como regra às contratações regidas pela Lei das Estatais, como ilustra a decisão abaixo transcrita:

*“Ante todo o exposto, submetem-se os autos à consideração superior, propondo:
c.3) nos termos do disposto no art. 32, inciso IV, da Lei 13.303/2016, a Emgea deve observar a adoção preferencial da modalidade de licitação denominada pregão, instituída pela Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, para a aquisição de bens e serviços comuns, assim considerados aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.*

(...)

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.3.2. verificou-se na Concorrência Emgea 01/2016 a escolha indevida da modalidade concorrência, do tipo técnica e preço, uma vez que não restou demonstrada a impossibilidade da especificação de critérios técnico-operacionais que viessem a estabelecer a capacidade mínima razoável de atendimento condizente com os padrões de



qualidade, rendimento e produtividade dos serviços que se desejava contratar, sendo a jurisprudência do TCU remansosa quanto à obrigatoriedade de utilização da modalidade pregão, de preferência na forma eletrônica, para a contratação de bens e serviços comuns, bem como diante do disposto no art. 32, inciso IV, da Lei 13.303/2016. (TCU: Acórdão 2853/2016. Conselheiro Relator Raimundo Carreiro. Data de Julgamento 09/11/2016) (grifo nosso).

16. Cabe esclarecer que o pregão é utilizado quando os bens e serviços são comuns, ou seja, cujos padrões de desempenho e qualidade sejam objetivamente definidos por edital, por meio de especificações de uso corrente no mercado. Incluem-se nesta categoria as peças de reposição de equipamentos, mobiliário padronizado, combustíveis, material de escritório, e serviços, tais como, limpeza, vigilância, conservação, locação e manutenção de equipamentos, agenciamento de viagem, vale- refeição, bens e serviços de informática, transporte e seguro saúde, dentre outras atividades. Segundo art. 1º e parágrafo único da Lei do Pregão:

"Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado." (grifo nosso)

17. Sobre este tema citamos pertinente conclusão do ilustre Doutor em Direito Administrativo, Joel de Menezes Niebuhr, sobre a designação do que pode ser considerado como bem ou serviço comum:

"Bem e serviço comum são aqueles que possam ser definidos no edital por meio de especificações objetivas, que se prestam a estabelecer o padrão de qualidade desejado pela Administração Pública, de acordo com as características usuais no mercado, sem que variações de ordem técnica eventualmente existentes entre os bens e serviços ofertados por

diversos fornecedores que atendam as tais especificações objetivas sejam importantes ou decisivas para a determinação de qual proposta melhor satisfaz o interesse público e desde que a estrutura procedimental da modalidade pregão, menos formalista e mais célere, não afete a análise de qualidade do objeto licitado ou importe prejuízos ao interesse público" (Pregão Presencial e Eletrônico, o Joel de Menezes Niebuhr, 4 edição, 2006) (grifo nosso)

18. O pregão é um aperfeiçoamento do regime de licitações para a Administração Pública. Esta nova modalidade possibilita o incremento da competitividade e a ampliação das oportunidades de participação nas licitações. Essa modalidade permite ainda maior agilidade nas aquisições, ao desburocratizar os procedimentos para a habilitação e o cumprimento da sequência de etapas da licitação.

19. O Decreto nº 5.504/2005 veio a estabelecer a exigência de utilização do pregão, preferencialmente na forma eletrônica, para entes públicos ou privados, nas contratações de bens e serviços comuns.

20. No caso em tela, a área técnica na NT 061.DTF/2018 assim contextualiza a necessidade de realização de novo processo licitatório para a contratação de prestação de serviços de *Service Desk*:

"III- JUSTIFICATIVA

A Pré-sal Petróleo possui Desktops e notebooks, impressoras, equipamentos de videoconferência, Servidores Dell, ferramentas de back-up, Storage VNX, central telefônica Cisco (PABX), link dedicado de internet, equipamentos de conectividade CISCO, smartphones, máquinas virtuais em VMware, serviço baseado em Nuvem, CFTV e controle de acesso.

Além da infraestrutura acima, a Pré-sal Petróleo possui usuários que demandam serviços de manutenção e suporte técnico especializado, incluindo diversos sistemas de geofísica.

reservatórios, engenharia, além de sistemas adotados pelo governo.

Com relação aos serviços administrativos de TI executados na Pré-sal Petróleo existem aqueles de levantamento e implementação de novos projetos de infraestrutura de TI e também o apoio em documentações técnicas, pesquisas de mercado e aferição técnica de contratos." (grifo nosso)

21. A contratação ora solicitada pela Gerência de Recursos Humanos e Suporte Corporativo ostenta os pressupostos legais aptos a sustentar a escolha desta modalidade de licitação, tal como preceitua a legislação em regência, razão pela qual é juridicamente correto o lançamento do certame na modalidade de pregão eletrônico. Preceito do art. 1º, caput e parágrafo único do Decreto nº 5.450/2005:

"Art. 1º A modalidade de licitação pregão, na forma eletrônica, de acordo com o disposto no § 1º do art. 2º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, destina-se à aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito da União, e submete-se ao regulamento estabelecido neste Decreto.

Parágrafo único. Subordinam-se ao disposto neste Decreto, além dos órgãos da administração pública federal direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União.

Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, como modalidade de licitação do tipo menor preço, realizar-se-á quando a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns for feita à distância em sessão pública, por meio de sistema que promova a comunicação pela internet.

22. No tocante às condições de participação previstas no instrumento convocatório, não vislumbramos cláusula restritiva de competição, restando claro que as vedações enumeradas no subitem 4.4 do Edital são pertinentes e compatíveis com o objeto

do pregão eletrônico em estudo, como ficará demonstrado a seguir. Há, adicionalmente, impedimentos que decorrem de lei, é dizer, da disciplina do art. 38 da Lei das Estatais, tal como reproduzido no art. 80 do RII.C:

"Art. 38. Estará impedida de participar de licitações e de ser contratada pela empresa pública ou sociedade de economia mista a empresa:

I - cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da empresa pública ou sociedade de economia mista contratante;

II - suspensa pela empresa pública ou sociedade de economia mista;

III - declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou pela unidade federativa a que está vinculada a empresa pública ou sociedade de economia mista, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

IV - constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;

V - cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;

VI - constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

VII - cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

VIII - que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.

Parágrafo único. Aplica-se a vedação prevista no caput:

Maria A. C. Braga
Conselheira
07/140.074

I - à contratação do próprio empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;

II - a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

a) dirigente de empresa pública ou sociedade de economia mista;

b) empregado de empresa pública ou sociedade de economia mista cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;

c) autoridade do ente público a que a empresa pública ou sociedade de economia mista esteja vinculada.

III - cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a respectiva empresa pública ou sociedade de economia mista promotora da licitação ou contratante há menos de 6 (seis) meses."

23. Já no que tange ao tratamento diferenciado para Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte ("MEPP") nas licitações públicas, a Lei das Estatais estabeleceu, no § 1º do art. 20, que as licitações promovidas pelas empresas estatais devem observar as disposições constantes dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006 ("Lei Complementar nº 123/2006").

24. Assim, cabe afirmar que a PPSA está vinculada, por força da Lei das Estatais, ao tratamento diferenciado para as MEPP no que refere à participação de procedimentos licitatórios, constante da Lei Complementar nº 123/2006, que trata do Estatuto Nacional da MEPP. Nessa esteira, o RILC dispôs em capítulo próprio (Capítulo IV do Título II), regras específicas sobre a incidência do regime diferenciado das MEPP nas licitações promovidas pela PPSA.

25. De acordo com o art. 42 da citada lei, a comprovação de regularidade fiscal das MEPP somente será exigida para efeito de assinatura do contrato. Mesmo que a documentação apresente alguma restrição, essas empresas, por ocasião da participação

no certame, deverão apresentar toda a documentação comprobatória de regularidade fiscal. É importante notar que isso não significa que elas não devam apresentar a documentação fiscal durante o procedimento competitivo. Na prática, caso venha a vencer a licitação e haja restrição na comprovação de sua regularidade fiscal, a MEPP terá 5 (cinco) dias úteis, a partir do momento em que tenha sido declarada vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa, de acordo com o § 1º, do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

26. Adicionalmente, o art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006 determinou que a Administração pública assegure, como critério de desempate, preferência de contratação para as MEPP. O §1º do referido dispositivo definiu empate como sendo aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas MEPP sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, em se tratando da modalidade pregão. Ressalte-se que o Edital refletiu fielmente o procedimento específico previsto no art. 45 da Lei Complementar nº 123/2006 para operacionalizar a regra de desempate em favor das MEPP.

27. A exigência de subcontratação de MEPP pelo licitante vencedor adotada pelo Edital, por sua vez, consiste em faculdade expressamente aludida pelo art. 48, II Lei Complementar nº 123/2006 e reproduzida na forma do art. 78 do RILC.

28. Assim, o tratamento diferenciado é perfeitamente possível, porquanto decorrente de lei. Outrossim, a sua adoção encontra respaldo jurídico na aplicação do princípio da isonomia, que, no caso concreto, visa à promoção do desenvolvimento econômico e social, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.

29. Em ambos os casos, cabe mencionar a lição de Celso Antônio Bandeira de Mello (Curso de Direito Administrativo, 26 ed., São Paulo, Malheiros, 2006), que cria diversos desdobramentos para o princípio da isonomia, na medida em que, afirma que igualdade não significa invalidade de todo e qualquer tratamento discriminatório, pois a discriminação entre situações pode ser uma exigência inafastável para atingimento da igualdade.

30. Segundo o mencionado doutrinador, a discriminação é admissível quando presentes três elementos:

Marta Amélia Braga
Constituinte Jurídica Adjunta
C.O.A. 149.074

- I. Existência de diferenças efetivas e reais nas próprias situações de fato que serão reguladas pelo Direito;
- II. Correspondência (adequação) entre tratamento discriminatório e as diferenças existentes entre as situações de fato; e
- III. Correspondência (adequação) entre os fins visados pelo tratamento discriminatório e os valores jurídicos consagrados pelo ordenamento jurídico.

31. Logo, o tratamento jurídico diferenciado se justifica pela existência da diferença, sendo assim, esse tratamento jurídico deve ser compatível com essa diferença. Como afirmam Lucia Valle Figueiredo e Sérgio Ferraz, "a desigualdade não é repelida, o que se repele é a desigualdade injustificada" (Dispensa e Inexigibilidade de Licitação, 3ª ed., São Paulo, Malheiros, 2002, pag. 24).

32. Lembremos que, ainda na fase interna da licitação, nos termos do art. 11 do RILC, deve a Entidade Requisitante obter o valor estimado do serviço ou bem a ser adquirido, através da mais ampla pesquisa de preços, após a elaboração de termo de referência ou projeto básico, conforme o caso.

33. Em se tratando da aquisição de bens e contratação de serviços em geral, o RILC previu as seguintes formas, a saber: (i) preferencialmente, por meio de pesquisa de mercado devendo conter, no mínimo, três cotações, (ii) por meio da elaboração de planilha de custos e formação de preços pela PPSA, ou ainda, (iii) com contratações similares realizadas pela própria PPSA ou por outros entes públicos ou privados.

34. Nesse sentido, a GRH estimou o valor da contratação optando, como método, pela realização da pesquisa de mercado através de cotações. Assim, ao fazer a estimativa de preços alcançou os valores constantes da tabela abaixo, conforme fl. 3 do Processo:

Empresa	Custo Mensal	Custo Anual	Custo 5 anos
Stefanini	74.610,02	895.320,27	4.476.601,36
Atos	62.489,69	749.876,32	3.648.115,02*
Accenture	35.527,20	426.326,38	2.131.631,92
Média	57.542,30	690.507,66	3.418.782,77

- * Foi considerado o **valor global da propostas** para o cálculo período fiscal (abaixo), a empresa Atos informou que existe um custo de "setup" no primeiro ano que não incide nos outros anos reduzindo assim o custo de 5 anos, conforme ratificação em e-mail anexo a essa Nota Técnica.

Marcelo Antônio Brandão
Consultor
OAB/SP 40.074

Período Fiscal	Valor
2018	284.898,56
2019	683.756,55
2020	683.756,55
2021	683.756,55
2022	683.756,55
2023	398.857,98

35. Conforme exposto na minuta de Edital, o prazo necessário à execução e vigência contratual é de 5 (cinco) anos. Com efeito, o *caput* do art. 71 da Lei das Estatais e o art. 109 do RILC fixam como regra aos contratos da PPSA o limite de prazo de 5 (cinco) anos. Assim, o prazo estipulado na minuta de Edital atende ao limite legal e regulamentar.

36. Importa salientar que o prazo estipulado é compatível com o tempo usualmente necessário aos contratos administrativos desse tipo. Ademais, há comprovação de disponibilidade de recursos da PPSA suficientes (para fazer frente às despesas decorrentes do contrato) à fl. 18 e 19 do Processo.

37. Analisando-se o aspecto jurídico-formal do conteúdo contratual, depreende-se que a minuta do contrato anexa à minuta de Edital ora analisada está em consonância com as boas práticas de mercado e com a legislação que envolve a Administração Pública como contratante.

38. Assim, feitas as necessárias ponderações acima e pressupondo que, sob os aspectos técnicos e comerciais, estão presentes as condicionantes de conveniência e oportunidade para a PPSA, as quais viabilizam a realização do certame pretendido, informamos que não vislumbramos óbice à realização do pregão em tela.

Com o objetivo de proporcionar a devida publicidade ao certame, mencione-se ainda a necessidade de observância das regras sobre divulgação e transparência, conforme art. 18 e seguintes do RILC - em homenagem aos princípios da publicidade, impessoalidade e isonomia, precipuamente - o qual transcrevemos abaixo, bem como, conforme, aplicável, ao disposto no art. 17 do Decreto nº 5.450/2005.

"Art. 18 - A ALC, tomará as providências para a publicação do Edital e do aviso de Licitação, no caso de Contratação Padrão.

Martha Maria Braga
Controladora Geral
D. 100.5974

Art. 19 - O aviso de Licitação será publicado no DOU e disponibilizado no sítio eletrônico da PPSA, sem embargo de outros meios de divulgação previstos na legislação vigente."

Art. 20 - Devem ser adotados os seguintes prazos mínimos para apresentação de propostas ou lances, contados a partir da divulgação do Edital:

I - para Aquisição de bens:

(...)

b) 8 (oito) dias úteis, na modalidade pregão;

(...)

II - para contratação de Obras e serviços (em geral e de engenharia):

a) 8 (oito) dias úteis, na modalidade pregão;"
(Regulamento Interno de Licitações e Contratos da PPSA)

"Art. 17. A fase externa do pregão, na forma eletrônica, será iniciada com a convocação dos interessados por meio de publicação de aviso, observados os valores estimados para contratação e os meios de divulgação a seguir indicados:

I - até R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais):

a) Diário Oficial da União; e

b) meio eletrônico, na internet;

II - acima de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais) até R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais):

a) Diário Oficial da União;

b) meio eletrônico, na internet; e

c) jornal de grande circulação local;

III - superiores a R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais):

a) Diário Oficial da União;

b) meio eletrônico, na internet; e

c) jornal de grande circulação regional ou nacional.

§ 1º Os órgãos ou entidades integrantes do SISG e os que aderirem ao sistema do Governo Federal disponibilizarão a íntegra do edital, em meio eletrônico, no Portal de Compras do Governo Federal - COMPRASNET, sítio www.comprasnet.gov.br.

§ 2º O aviso do edital conterá a definição precisa, suficiente e clara do objeto, a indicação dos locais, dias e horários em que poderá ser lida ou obtida a íntegra do edital, bem como o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, a data e hora de sua realização e a indicação de que o pregão, na forma eletrônica, será realizado por meio da internet.

§ 3º A publicação referida neste artigo poderá ser feita em sítios oficiais da administração pública, na internet, desde que certificado digitalmente por autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 4º O prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a oito dias úteis.

§ 5º Todos os horários estabelecidos no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

§ 6º Na divulgação de pregão realizado para o sistema de registro de preços, independentemente do valor estimado, será adotado o disposto no inciso III." (Decreto nº 5.450/2005)



39. É o Parecer. À apreciação do titular da Consultoria Jurídica, com sugestão de encaminhamento à deliberação da entidade competente de acordo com os Níveis de Competência previstos no art. 16 do RILC.



Maria Amélia Braga
Consultora Jurídica Adjunta
Pré-Sal Petróleo S.A.

Rio de Janeiro, 10 de maio de 2018

De acordo.



Olavo Bentes David
Consultor Jurídico
Pré-Sal Petróleo S.A.

